

ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Defende a proteção dos animais.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Alerta o governo estadual sobre a falta de investimento em educação no município de Joinville.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Relata audiência para tratar da instalação de um *campus* da UFFS em Concórdia; refere-se a ações da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador; aborda problemas na Cidasc.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Defende projeto de sua autoria que beneficia os portadores de deficiência.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Elogia o projeto do deputado Serafim Venzon.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Aguarda solução para a queda na arrecadação dos municípios; exalta o trabalho desenvolvido pela Estação Experimental da Epagri, em Urussanga.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Analisa a importância das micro e pequenas empresas e os programas que devem beneficiá-las.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pede a retirada do Projeto de Lei n. 0030/2012, de sua autoria, referente à Polícia Militar de SC.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença de dirigentes da prefeitura de Itajaí.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Relata o processo de escolha do futuro presidente do PMDB em SC.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Defende o governo das críticas do deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Comenta o adiamento da assinatura do convênio com a BMW; solidariza-se com os policiais civis e militares em virtude da onda de violência que assola o estado.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Aponta a necessidade de políticas sociais inclusivas.

DEPUTADO SANDRO SILVA - Discorre sobre o 3º Seminário da Consciência Negra, realizado em Itajaí.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pede melhores condições de trabalho aos agentes de segurança pública.

DEPUTADO SANDRO SILVA (pela ordem) - Registro a presença do vereador eleito Maurício Soares, do PMDB de Joinville.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Refere-se ao avanço da violência no estado; presta contas de sua ação para a implantação de ferrovias em SC; Elogia o Projeto de Habitação Loteamento Bem Morar, no município de Quilombo.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e do vice-prefeito eleitos da cidade de Major Gercino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha no plenário, pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

O que nos traz à tribuna nesta terça-feira, 13 de novembro, é defender mais uma bandeira do nosso mandato, que é o combate a qualquer tipo de violência em nossa sociedade. Não toleramos nenhum tipo de violência contra a criança, contra a mulher, contra os idosos, contra qualquer homem e muito menos a violência produzida contra os animais, o que tem acontecido com muita frequência. Em qualquer circunstância a sociedade deve proteger a vida, evitar toda a forma de mau trato e sofrimento aos outros seres, buscar exemplos de civilidade em nosso mundo contemporâneo. Por isso os movimentos voluntários em defesa dos animais são imprescindíveis em nosso estado.

Acompanhamos o trabalho de muitas ONGs em defesa dos animais. E podemos citar a Aprablu, de Blumenau, a Ama Bicho, de Pomerode, a Viva Bicho, de Balneário Camboriú, a Ecosul, de Florianópolis,

além de inúmeras outras que, inclusive, já foram homenageadas por esta Casa em virtude do trabalho que fazem em nosso estado na proteção, na retirada de animais de rua, nas castrações para controle populacional. Essas organizações sobrevivem de doações dos associados e da venda de produtos destinados ao bem-estar dos animais de estimação, principalmente pequenos animais.

Essas ONGs existem porque os casos de crueldade contra cães e gatos, srs. parlamentares, são os mais diversos, incluindo o abandono nos finais de anos e em época de férias escolares. E cito exemplos da cidade de Blumenau, onde nessas épocas, em vários bairros, são encontradas centenas de cães e gatos abandonados pelas ruas pelos seus donos, animais que durante o resto do ano ficaram em suas casas dando alegria e fazendo companhia. Mas quando chega a época de praia, deputado Neodi Saretta, eles são abandonados, infelizmente.

Isso não acontece somente com cães e gatos. Verificamos que também aves e peixes são retirados do seu *habitat* natural para serem comercializados clandestinamente, além do uso de animais em pesquisas em que são maltratados e mortos com requintes de crueldade. Algumas vezes nós, seres humanos, maltratamos os animais tendo como propósito único a diversão e o entretenimento, o que é injustificável.

Como deputada nos opomos aos lamentáveis costumes ainda vigentes em algumas comunidades catarinenses, que insistem em infligir sofrimento desnecessário a outro ser, mesmo não sendo da nossa espécie.

Lamentamos quando vemos animais explorados pelos humanos de forma impiedosa e cruel e desejamos que essa realidade seja alterada. Preocupamo-nos com a saúde e o bem-estar de todos os seres vivos, pois vivemos em um meio ambiente sustentável e a banalização da violência contra os animais repercute no aumento da violência dentro das casas, no seio das famílias, contra as mulheres, crianças e contra os diferentes de nós.

Verificamos com muita intensidade que aquelas pessoas que têm coragem de maltratar um animal também têm coragem de maltratar os seres humanos. Defendemos que os animais sejam tratados como seres independentes. E temos que reconhecer que eles também sentem amor, dor, carinho e medo.

Buscamos um mundo novo, ao lado das pessoas que se preocupam com o fim da opressão e da exploração, onde quer que se encontrem. Pretendemos que o princípio moral básico da igual consideração de interesses não se restrinja arbitrariamente à nossa espécie, mas que se estenda a todas as espécies vivas do nosso planeta.

Protestar contra a crueldade possibilita a discussão do tratamento não humano do debate político e moral sério. Não podemos admitir que em pleno século XXI, com toda a evolução da tecnologia, dos seres humanos, ainda assistamos perplexos a situações de violência e de opressão desnecessárias, como é o caso do abandono de animais de estimação nas ruas da nossa cidade, ou do maltrato vivenciado nas puxadas de cavalos e na farra do boi. É lamentável que isso ainda aconteça.

Então, é necessário que de forma urgente implementemos políticas públicas de proteção aos animais. Inclusive, sou autora da Lei n. 13.918, que prevê o controle populacional de cães e gatos no estado de Santa Catarina, com a castração de animais e políticas de educação, como a adoção de animais. Mas infelizmente, essa lei aprovada nesta Casa, sancionada pelo governador, ainda é ignorada neste estado. Também sou autora do projeto de lei que proíbe a puxada de cavalo, o qual já foi votado na CCJ e no momento está na comissão de Turismo e Meio Ambiente da Casa.

Temos no estado centros de controle de zoonose, programas de castração de animais de rua sem sofrimento, porque isso também é um caso de saúde pública. Temos que estimular parcerias entre os municípios e as universidades, entre os municípios e o governo do estado, porque é isso que prevê lei aprovada neste Parlamento.

O município de Pomerode recém-firmou um convênio entre a prefeitura e a Furb, no sentido de castrar os animais e implantar microchips para fazer o controle populacional da cidade. Esse é um exemplo a ser seguido.

Necessitamos de políticas públicas que visem assegurar, no âmbito dos municípios catarinenses, o controle de zoonoses, a saúde e a segurança dos cidadãos e o bem-estar animal, porque somente através da ética e do respeito às demais formas de vida é que será possível propiciar um futuro diferente, com desenvolvimento pleno, focado no crescimento sustentável, na convivência sem violência e nas transformações que a nossa sociedade tanto almeja.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

Quero desejar um bom retorno de v.exa. a esta Casa, depois de ter participado de um bom combate nas eleições municipais em Joinville. Parabéns, deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente!

Quero cumprimentar as deputadas, os deputados, os colegas da imprensa e os catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL.

Gostaríamos de agradecer, de forma muito especial, sr. presidente, essas boas-vindas que v.exa. nos dá, já que tivemos a missão partidária de enfrentar as eleições no maior município do estado de Santa Catarina.

Deputado Neodi Saretta, foi uma bela experiência, em que amadurecemos muito. Com certeza, as urnas deram a eleição para o PMDB e desejamos que ele possa cumprir aquilo que foi prometido aos eleitores em Joinville.

Sr. presidente, essa é a minha primeira manifestação nesta tribuna, depois da minha volta. Eu tenho o maior orgulho de ocupar esta tribuna e

de cumprir o meu mandato. Eu sempre disse, deputado Sandro Silva, que nós, parlamentares, somos funcionários dos eleitores. Eu coloquei o meu nome à disposição das pessoas em Joinville para saber se queriam que eu fosse eleito prefeito ou continuasse nesta Casa. A maioria decidiu que eu deveria continuar aqui. Então, vamos continuar aqui!

Mas hoje quero fazer uma crítica e um alerta desta tribuna sobre um assunto especificamente de Joinville.

Eu imagino que os deputados Sandro Silva e Darci de Mattos, que estão aqui, e o deputado Nilson Gonçalves, que daqui a pouco estará aqui, vão fazer coro a essa minha crítica e a esse meu alerta.

A minha crítica é à 23ª Gered da região de Joinville e o alerta é ao governo do estado. E o motivo é um só, deputado Sargento Amauri Soares: na questão da educação, o estado de Santa Catarina está negligenciando, e muito, a cidade de Joinville.

Imagine, deputado Reno Caramori, que numa grande cidade, a maior de Santa Catarina, responsável por 25% do que o estado arrecada em ICMS, numa cidade com 600 mil habitantes, uma Gerência Regional de Educação anuncie o fim das extensões noturnas para as aulas e as matrículas dos jovens nas escolas.

Quando eu poderia imaginar, deputado Reno Caramori, que uma Gerência Regional de Educação, num momento extremamente delicado que estamos passando com relação ao combate às drogas - e minha mãe já dizia que mente vazia é oficina para o mal - fizesse tal tipo de anúncio.

Estamos vivendo um disparate entre as oportunidades de descaminho e as políticas públicas que possam oferecer boas opções para os jovens. Daí vem a Gerência Regional de Educação do maior município de Santa Catarina e simplesmente avisa que no ano que vem não haverá mais matrícula para as extensões noturnas que acontecem em Joinville. Com isso 1.500 jovens, ou mais, ficarão sem aulas.

O pior de tudo, deputado Sandro Silva - e sei que v.exa. também está muito preocupado com relação a essa questão -, é que quando pensamos que isso é o mais grave, vemos que não é, porque há dez anos o governo estadual não constrói uma escola em Joinville. A última foi construída pelo então governador Esperidião Amin, em 2002. O senador Luiz Henrique da Silveira foi governador por duas vezes, eleito pela grande maioria dos votos de Joinville, e não fez uma única escola. Desafio que alguém venha desmentir-me!

Eu tenho uma explicação para tudo isto: incompetência. Aliás, a SDR de Joinville poderia ser fechada de uma hora para outra, pois seria uma economia fenomenal para o estado. Tenho certeza de que há muito catarinense me assistindo que diria que não seria somente a de Joinville.

É preciso ter uma coisa clara neste meu pronunciamento: o governo do estado está, nos últimos dez anos, negligenciando ao máximo Joinville, já passou do limite! Essa crítica que faço é com muita tranquilidade. Mesmo fazendo parte da base do governo e do partido do governador, estou fazendo um relato do que realmente está acontecendo. Disse no início que iria fazer uma crítica à SDR e à Gered de Joinville, e um alerta ao governador Raimundo Colombo: governador, estão enganando v.exa. em Joinville! Estão dizendo que está tudo bem por lá, na realidade tem escola ainda fechada pela Vigilância Sanitária, a Gered cancelou as vagas para o ano que vem das matrículas noturnas e faz dez anos que o estado não constrói uma escola em Joinville. Está feio o negócio por lá! Está difícil! Mas tem gente dizendo que está tudo bem.

Claro não vou falar do Hospital Regional, se não alguém irá dizer que foi conseguida aquela liberação e que o Dalmo não encaminhou; nem da Maternidade Darcy Vargas, que está com as obras paralisadas. Quero falar hoje da educação.

Quero deixar aqui registrado o meu repúdio à SDR de Joinville, a sua inoperância e a sua incompetência, e também à Gered da 23ª Região de Joinville, pelo descalabro que estão fazendo com a

educação na maior cidade do estado de Santa Catarina.

Sr. deputado Elizeu de Mattos, v.exa. teve uma brilhante vitória Lages, imagine, como prefeito, viver uma situação em que o governador, em dez anos, não constrói nenhuma sala de aula em sua cidade e de uma hora para outra a Gered avisa pela imprensa que no ano que vem não haverá nenhuma matrícula no curso de extensão nas escolas estaduais. Imagine! Pois é isso que está acontecendo em Joinville.

Sei que o governador não está ciente disso, por esse motivo falo hoje, desta tribuna, porque dessa forma chamo a atenção de todos os parlamentares. E gostaria que os deputados de Joinville: Sandro Silva, Nilson Gonçalves e Darci de Matos pudessem fazer coro a essa reclamação de toda a comunidade de Joinville para esse descalabro que a Gerência Regional de Educação está fazendo naquele município.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, estimados catarinenses, gostaria de fazer alguns registros desta tribuna com relação a uma importante audiência que houve em Brasília, na tarde da última quinta-feira, no ministério da Educação, com o ministro Aloizio Mercadante, o secretário executivo do MEC, José Henrique Paim Fernandes, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e uma grande comitiva de lideranças do alto Uruguai catarinense.

Fomos, juntamente com o prefeito de Concórdia e esse grupo de líderes, entregar ao ministro o projeto de expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul, com a instalação de um *campus* em Concórdia. Falei sobre isso na quinta-feira pela manhã, desta tribuna, antes de viajar. Quero trazer os resultados dessa importante reunião e noticiar aos catarinenses a atenção que recebemos

no ministério e o encaminhamento do ministro para que o projeto seja analisado, a fim de que a Secretaria Nacional da Educação Superior possa dar os andamentos necessários. A nossa expectativa é de podermos ver instalado esse *campus* da UFFS, focado para a área das Engenharias.

Também na sexta-feira, em Brasília, houve várias reuniões em gabinetes parlamentares onde buscamos apoio para esse e outros projetos importantes para este estado.

Nós constituímos nesta Casa, dias atrás, a Frente Parlamentar da Saúde do Trabalhador e já estamos recebendo convites para irmos a eventos, encontros e seminários debater esse tema.

Também demos entrada nesta Casa a um importante projeto de lei, fruto desse grupo de trabalho, que tem por finalidade a inclusão no currículo escolar dos conteúdos relacionados à saúde do trabalhador. Santa Catarina é um estado de ponta, mas temos algumas questões que precisam ser melhoradas. Uma delas está relacionada aos acidentes e doenças do trabalho. Pelos dados referentes ao ano de 2012, conforme uma matéria publicada nos jornais no dia de hoje, na coluna da jornalista Adriana Baldissarelli, baseada nos dados do INSS de 2010, Santa Catarina está na sexta posição em número de acidentes de trabalho, pois ocorreram 47 mil registros e 152 mortes.

Esse é um número muito grande e é preciso que os setores público e privado façam um esforço conjunto para esclarecer os números relacionados à saúde do trabalhador, sejam doenças ou acidentes do trabalho. É preciso diminuir drasticamente esses números para que Santa Catarina possa, realmente, estar na ponta.

Se pegarmos os dados do Brasil, por exemplo, veremos que os números não estão totalmente atualizados. Mas segundo os dados de 2008, houve no Brasil 747 mil acidentes de trabalho, com quase três mil mortos e mais de 12 mil trabalhadores incapacitados. Esse é número enorme, maior do que o de algumas guerras.

Então, temos que atentar para a situação da saúde do trabalhador. E por isso, inclusive,

fizemos esse projeto de lei, que foi uma sugestão das entidades, das pessoas que estão envolvidas com o tema e os conteúdos da segurança e da saúde do trabalhador.

Não se trata de uma nova disciplina, mas de colocar o tema dentro das disciplinas por meio de eixos transversais, tratando de leis, de normas, de convenções trabalhistas, de tratados internacionais, da prevenção de riscos profissionais e da segurança e saúde do trabalhador e do meio ambiente do trabalho.

Então, esperamos contar com o apoio da maioria dos srs. deputados para a aprovação .

Quero ainda, sr. presidente, fazer o registro de ações que envolvem a Cidasc. Recentemente, ouvimos pela imprensa declarações de que seriam fechados os escritórios regionais da Cidasc, o que nos traz preocupação, pois, inclusive, em Joaçaba houve uma manifestação acerca disso. Há também a questão da negociação salarial dos servidores, pois, segundo soubemos, o encaminhamento dado não teria deixado os servidores da Cidasc satisfeitos.

Dessa forma, estamos enviando um pedido de informação ao secretário da Agricultura, para que nos informe acerca de alguns itens importantes, tais como: quais os serviços que já foram terceirizados? Existe programação para terceirizar outros serviços, inclusive a fiscalização sanitária? É verdadeira a notícia que dá conta que ocorrerá a extinção de estruturas regionais? Quais os motivos, os argumentos para isso?

É importante que os srs. parlamentares saibam a angústia em que vivem os servidores, que necessitam de um reajuste salarial digno e de um acordo coletivo. E é importante que o governo esclareça, dê explicações sobre o futuro dessa importante empresa pública de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero

primeiramente cumprimentar todos catarinenses que nos acompanham pela TAVL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital, bem como saudar muitos que nos visitam, como a professora Valmira Sebold Branco, que é secretária de Educação de Imbituba; o professor Martins Krieger, de Penha, juntamente com o professor Altair Albino; o vereador Samuel Vianeí Paganelli, do PSDB de Navegantes, que veio junto com uma delegação para uma audiência na Capitania dos Portos.

Sr. presidente, pela manhã a comissão de Constituição e Justiça aprovou um projeto de lei de minha autoria que trata da valorização de todas as pessoas, especialmente aquelas que têm alguma deficiência.

A Declaração dos Direitos Humanos, elaborada em 1948, foi fruto de uma lenta, constante, permanente e progressiva luta na preservação dos direitos individuais, elencando-se os direitos civis, econômicos, políticos e, principalmente, sociais, como alimentação, moradia, previdência, assistência, cultura e lazer.

E hoje nós aprovamos na CCJ um projeto de lei que parece óbvio, o direito de que nas praças de alimentação dos *shoppings centers*, que são muitos atualmente, sejam destinadas 5% das mesas preferencialmente para as pessoas com alguma deficiência.

Nos próprios *shoppings centers* já existem vagas específicas nos estacionamentos. Existe um grande número de calçadas, principalmente as mais novas, que têm um rebaixamento que facilita ao cadeirante atravessar de um lado para outro. Inúmeras edificações públicas, por força de lei, estão sendo construídas com rampas de acesso. Os prédios privados, hoje, também fazem rampas para melhorar a acessibilidade notadamente dos cadeirantes.

O nosso projeto, que na CCJ foi relatado pelo deputado Silvio Dreveck, ainda terá que passar pelas comissões de Finanças e Tributação e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que tem como presidente o deputado José Nei Ascari, onde, tenho certeza, também será aprovado.

Atualmente, imagino que se algum cadeirante quiser ter acesso a uma mesa para fazer a sua refeição, o seu lanche, terá que disputar os espaços, terá que pedir licença, muitas vezes até se humilhando para ter acesso a alguma mesa.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Deputado Serafim Venzon, vou ser breve, desejo apenas enaltecer o trabalho de v.exa. através desse projeto, porque de fato existia um vácuo legal, já que nem o governo federal, nem o próprio governo do estado tinham elaborado uma norma sobre esse assunto. Assim, no meu relatório fundamentei minha aprovação exatamente nesse vácuo legal, pois a Constituição permite que o estado legisle quando é do interesse da população no que diz respeito à saúde, à educação e à deficiência das pessoas.

Portanto, quero enaltecer a sua iniciativa, o seu projeto, e dizer que certamente será aprovado por este Plenário, depois de tramitar pelas comissões técnicas.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck, pela relatoria, e seguramente a sociedade catarinense agradece por isso e por outras contribuições que v.exa. tem dado neste Parlamento.

Por fim, sr. presidente, quero destacar que muitos direitos das pessoas com deficiência não estão sendo respeitados. Por exemplo: existe o direito da pessoa com deficiência de comprar um carro especial, adaptado para as suas condições físicas. Eu pergunto: das 36 SDRs, alguma delas oferece a essas pessoas com deficiência acesso ao benefício de ter um carro especial?

Para encerrar, sr. presidente, quero agradecer aos membros da CCJ, que aprovou esse projeto, e destacar que ainda há muito para avançar com relação a essa questão, a fim de que as pessoas com deficiência tenham acesso aos seus direitos individuais, aos seus direitos sociais.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Caro presidente, deputado Moacir Sopelsa, ao cumprimentá-lo quero cumprimentar todos os srs. deputados, as sras. deputadas e aproveitar, na tarde de hoje, para falar um pouco sobre a manifestação dos prefeitos que está acontecendo em Brasília para cobrar as ações a respeito da situação financeira em que se encontram os municípios brasileiros e catarinenses. Mais de 2.000 prefeituras não conseguirão fechar suas contas que estão pendentes em função de uma série de medidas do governo federal, como a desoneração fiscal feita através do IPI, que retirou o dinheiro do caixa das prefeituras nos últimos meses; como as políticas de incentivo para enfrentar a crise mundial, que acabara retirando recursos do Fundo de Participação dos Municípios e prejudicando o planejamento financeiro de diversos municípios de Santa Catarina e do país.

São prefeitos que estão em final de mandato, que estavam com o seu planejamento feito e que tiveram seus recursos retirados em função de uma série de medidas governamentais. Por isso, desde o dia 10 de outubro os prefeitos do Brasil buscam, através da secretaria especial de Relações Institucionais, pois foram recebidos pela ministra catarinense, Ideli Salvatti, interlocutora da Presidência da República, sanear suas contas no final dos seus mandatos. São prefeitos que se dedicaram, que se esforçaram para atender às suas comunidades e que hoje não estão conseguindo fechar suas contas por razões que fugiram ao seu controle.

A Fecam e vários prefeitos de Santa Catarina e do Brasil estão em Brasília em busca, na tarde de hoje, de uma resposta ao seu pedido, a fim de que possam resolver de uma vez por todas essa crise.

Muitos prefeitos já demitiram pessoas que ocupavam cargos comissionados e cortaram despesas, mas a receita continua caindo, justamente no momento em que têm que pagar o 13º salário e mais duas folhas de pagamento. Há obras paralisadas que precisam da atenção do governo federal. São mais de R\$ 8 bilhões em convênios assinados e empenhados em todo o Brasil, cujos valores não foram liberados. As obras já foram realizadas, mas o governo não paga. Desde o Orçamento de 2010 há recursos não liberados de obras já concluídas e os prefeitos não conseguem pagar as empreiteiras, algumas delas em grande dificuldade financeira.

Precisamos aqui registrar também o nosso apelo no sentido de que a secretaria estadual da Fazenda honre os convênios com os prefeitos de Santa Catarina.

Quero prestar a minha homenagem à estação experimental da Epagri em Urussanga, que na última semana completou 70 anos de existência. Foi criada pelo ex-presidente Getúlio Vargas como um posto de fomento da agricultura e hoje se tornou a principal alavanca de pesquisa e de geração de conhecimento para a agricultura do sul do estado. É um centro de referência de pesquisa na cultura da mandioca para todo o Brasil, é um agente de pesquisa na área da fruticultura, principalmente no que se refere ao pêssego, à nectarina, criando fonte de renda para a agricultura familiar da região de Urussanga. É também, sem dúvida nenhuma, em nível nacional, referência em pesquisa em vitivinicultura, com o vale da uva Goethe.

Por isso, enalteço essa estação pelas conquistas e contribuições dadas através do trabalho profissional e árduo dos seus pesquisadores e de todos os demais funcionários, em prol do desenvolvimento econômico e sustentável do meio rural, acima de tudo contribuindo para a diversificação e a qualidade de vida da família dos agricultores.

Sr. presidente e srs. deputados, na última sexta-feira participamos da assinatura do convênio para o Hospital São José. São R\$ 9,3 milhões para a criação de 20 novos leitos de UTI, uma carência

do sul do estado. Teremos também a construção de oito novas salas de cirurgia.

Esse hospital é responsável por mais de 70% da demanda regional do SUS e é um grande refúgio para aqueles que precisam de atendimento médico público no sul do estado. São mais de dez mil atendimentos de urgência e emergência a cada mês.

Portanto, agradeço ao governador Raimundo Colombo, ao secretário Dalmo Claro de Oliveira, ao vice-governador Pinho Moreira, que naquele ato estava representando o governo do estado, juntamente com Acélio Casagrande e demais deputados do sul do estado.

Era o que eu tinha a falar, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero falar sobre o importante evento realizado em Jaraguá do Sul. Refiro-me ao Encontro das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina.

Tivemos a presença do secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Paulo Roberto Bornhausen, que tem dado uma atenção especial a esse segmento tão importante para a nossa economia. Também tivemos a presença do prefeito eleito de Jaraguá do Sul, Dieter Janssen, do deputado Carlos Chiodini, que representou o presidente Gelson Merisio, e de outras autoridades.

Sr. presidente, sabemos do importante papel que esse setor econômico tem em nosso estado e no país, pois 23% do PIB vêm das micro e pequenas empresas e elas geram 65% dos empregos. No Brasil, praticamente 99% da economia provêm das micro e pequenas empresas. Portanto, os empresários das micro e pequenas empresas são

pessoas que, com muitas dificuldades, aquecem a nossa economia e geram muitos postos de trabalho.

Sr. presidente, falamos do papel econômico que cumprem as micro e pequenas empresas, mas não podemos esquecer, deputado Aldo Schneider, do seu papel social no estado, nos municípios e no país. Ora, quando falamos da microeconomia, estamos falando de distribuição de renda e de inclusão social. Esse é o papel social das micro e pequenas empresas do estado de Santa Catarina e do Brasil.

Sr. presidente, sabemos que a Constituição Federal de 1988 consagrou um tratamento creditício diferenciado às micro e pequenas empresas, o que não vem acontecendo porque elas vêm tendo o mesmo tratamento, por exemplo, de uma multinacional. A Constituição Federal também consagrou - e estamos defendendo através da Frente Parlamentar das Organizações Estaduais - um tratamento diferenciado ambiental, que é fundamental e necessário, e trabalhista. Não é possível que uma microempresa que tem dois funcionários receba o mesmo tratamento trabalhista que recebe uma multinacional que tem dez, 12, 15 mil funcionários. Alguma coisa está errada!

Portanto, esses são os pleitos que foram elencados e que serão defendidos durante os debates, encontros e fóruns que serão realizados no estado de Santa Catarina.

Para concluir, deputado Ismael dos Santos, quero dizer que o governo do estado criou uma diretoria que dá uma atenção especial às micro e pequenas empresas. Esperamos que essa diretoria possa ser o embrião de uma futura secretaria da micro e pequena empresa no estado, quem sabe, no futuro governo.

Há também o Juro Zero I, que atende ao empreendedor individual e é fundamental, e agora há o Juro Zero II, que está sendo gestado pela secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável e que vai incluir 12 mil microempresas do estado de Santa Catarina. Esses são programas do governo do estado, deputado Aldo Schneider - e v.exa. é o líder do PMDB -, que têm sido de

fundamental importância para manter a economia do estado de Santa Catarina.

Encerro as minhas palavras, deputado Ismael dos Santos, dizendo que no ano que vem o governo vai mandar para esta Casa o projeto do Estatuto da Micro e Pequena Empresa do Estado de Santa Catarina. Com a aprovação desse estatuto deveremos efetivamente garantir aquilo que foi consagrado na Constituição Federal, no que diz respeito às microempresas e que ainda, efetivamente, não foi colocado em prática pelos estados do Brasil.

Portanto, esse, com certeza, será um debate importante e necessário para que possamos dar o apoio devido às micro e pequenas empresas do estado de Santa Catarina que seguram, efetivamente, a nossa economia.

Concedo o restante do tempo do PSD ao eminente deputado Ismael dos Santos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, ainda dentro do horário do PSD, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, na última semana apresentamos aqui o PL n. 0030/2012, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que tem acompanhado de perto as questões da Polícia Militar, e provocamos um debate na sociedade, no campo das ideias, sobre a desnecessidade de diploma de ensino superior para ingresso nessa instituição.

Nós sabemos que se, por um lado, foi uma conquista a exigência de diploma universitário, por outro, deputado Padre Pedro Baldissera, há necessidade urgente de aumento do efetivo da Polícia Militar, deputado Maurício Eskudlark, com quem temos conversado. E é claro que, numa democracia participativa, a análise da proposição sai dos gabinetes e percorre as ruas do estado.

Quando propus essa flexibilização do critério de escolaridade para ingresso na carreira militar, fiz ciente, sim, da importância que essas corporações têm em nossa sociedade, ciente também de que, por razões históricas, o efetivo que hoje

serve à população é reduzido e há um déficit de pelo menos dez mil policiais militares.

É inegável, em nenhum momento falamos o contrário aqui, a importância da formação superior nos quadros de colaboradores de qualquer organização, seja na iniciativa privada e, por que não, seja na administração pública, e de forma específica na Polícia Militar não é diferente.

Sendo assim, trouxemos para a apreciação da sociedade esse debate, principalmente nas redes sociais, e a nossa intenção era muito simples: como acontece na iniciativa privada, que quando uma empresa não consegue, por qualquer motivo, completar os seus quadros com profissionais qualificados, ela contrata e depois prepara essa mão de obra, essa também foi a nossa intenção de debater com a sociedade catarinense para contratarmos jovens que poderiam, paralelamente ao ingresso na Polícia Militar, já com seus 18, 19, 20 anos, ter também uma formação de curso superior com o apoio financeiro, inclusive, do estado de Santa Catarina.

Eu recebi a visita do comando da Polícia Militar, representado pelo 7º Batalhão de Blumenau. Estiveram conosco o major e o ex-comandante da Academia da Polícia Militar de Santa Catarina. E quero enaltecer aqui o diálogo cortês, democrático, respeitoso e produtivo que tivemos com esse comando, representado por esses oficiais que visitaram o nosso gabinete. Diante dos argumentos que deles ouvimos, principalmente da questão da maturidade daqueles que ingressam na Polícia Militar após um curso superior, entendemos que, paralelamente ao projeto que tramita nesta Casa, cuja relatoria é do deputado Sargento Amauri Soares, o PL n. 0008/2012, de maio deste ano, que define os critérios para ingresso nas carreiras militares, esse debate deva prosseguir nessa instância para que, de fato, possamos estabelecer critérios justos que contribuam para a segurança de Santa Catarina.

Nós, como deputado estadual, continuaremos trazendo ideias para debate nesta Casa, srs. deputados e deputadas, telespectadores da TVAL e

ouvintes da Rádio Alesc Digital, em especial os militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, com quem conversamos através das redes sociais.

Ontem estivemos em Anchieta discutindo com policiais militares e a nossa bandeira e a nossa luta nesta Casa em relação à Polícia Militar não será outra se não a de que queremos, sim, uma polícia bem treinada, e isso se dá na academia nos oito meses que os aspirantes ali passam. Queremos, sim, uma polícia bem equipada e, por que não, uma polícia bem paga.

Por isso, sr. presidente, pedimos a retirada do Projeto de Lei n. 0030/2012, para que esse debate continue através do Projeto de Lei n. 0008, de 12 de maio, cujo relator é o deputado Sargento Amauri Soares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Gostaria de registrar a presença, sr. presidente, neste Parlamento, da gerente de Desenvolvimento Econômico, Pesca e Agricultura de Itajaí, Elvira Pierre da Silva; da gerente de Projetos Especiais, Daiane de Oliveira, e amigo Arthur, advogado e suplente de vereador também de Itajaí.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, inicialmente quero comunicar a v.exas. que esses 12 minutos serão divididos com o eminente deputado Manoel Mota.

Assomo à tribuna, hoje, para relatar o processo de escolha do futuro presidente do PMDB em Santa Catarina. Existe uma regulamentação do diretório nacional de que ainda em 2012 todos os estados do país devem realizar eleições para a composição dos novos diretórios do PMDB.

Em Santa Catarina, os deputados estaduais e federais, a executiva, os prefeitos atuais e os eleitos, os vereadores e os delegados chegaram ao entendimento de que no próximo dia 8 de dezembro, nesta Casa, o PMDB fará uma grande festa democrática para escolher o novo timoneiro, o novo presidente do partido, que o liderará nos próximos dois anos. Até neste momento temos como pretendentes ao cargo o atual presidente, vice-governador Eduardo Pinho Moreira, e o deputado federal Mauro Mariani, uma figura importante para o PMDB de Santa Catarina.

Então, aproveito este momento para dizer que saímos da recente eleição municipal, para a qual fizemos uma grande mobilização partidária, envolvendo as pessoas que têm paixão, gratidão e carinho pelo PMDB, extremamente bem posicionados. O PMDB é uma máquina, uma locomotiva. Nem bem saímos de uma eleição, concluída no último dia 27, e já estamos nas tratativas para construir um diretório forte.

É evidente que os deputados estaduais têm interesse de que os líderes catarinenses cheguem a um entendimento, a fim de que possamos, até o dia 8 de dezembro, ter uma chapa de consenso, na qual estejam representados todos os segmentos do partido, todas as regiões, a fim de que saíamos desse processo mais unidos, mais fortes, pois o PMDB foi o grande vencedor das últimas eleições e é um partido de grande envergadura.

Por isso, ao usar esta tribuna, conclamo todos os segmentos do nosso glorioso PMDB a fazerem um grande entendimento, para que no dia 8 de dezembro cheguemos para a festa da democracia, nesta Casa, unidos e coroemos o processo com a eleição do novo presidente através do voto dos delegados municipais.

Evidentemente que para que isso aconteça é preciso que exista compreensão; é preciso que as duas partes queiram o entendimento; é preciso que ambos cedam.

Nós, na condição de líder da bancada do PMDB nesta Casa, posicionamo-nos pela recondução do dr. Eduardo Moreira à presidência do partido. Por quê? Porque o atual presidente tem feito um ótimo trabalho na construção partidária e participou ativamente do último pleito eleitoral praticamente em todos os municípios do estado. Assim, como reconhecimento pelo grande trabalho feito em favor do PMDB, a bancada estadual do PMDB já definiu o seu apoio praticamente incondicional ao dr. Eduardo Pinho Moreira. No entanto, não vamos deixar de, em momento algum, buscar o consenso com todas as alas e com todos os segmentos partidários, porque entendemos que em política isso é necessário.

Por isso, da tribuna da Alesc, conclamo todos os nossos delegados a participarem dessa grande convenção; conclamo todos os nossos líderes, deputados estaduais, federais, senadores e ex-governadores, para que, através de uma ampla negociação, procurem um entendimento que fortaleça ainda mais o PMDB, até porque nosso partido já deixou a sua marca administrativa, quando governou Santa Catarina através de Pedro Ivo Campos, Casildo Maldaner, Paulo Afonso Evangelista Vieira, Eduardo Pinho Moreira e Luiz Henrique da Silveira.

Dessa forma, encerro meu pronunciamento e convido todos os peemedebistas de Santa Catarina para a grande festa que acontecerá nesta Casa, no dia 8 de dezembro, a partir das 9h, na qual faremos um grande trabalho partidário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pelo tempo restante do PMDB, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente. srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital,

visitantes que prestigiam o Parlamento na tarde de hoje.

Primeiramente quero cumprimentar o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, que esteve em Ciciúma com Acélio Casagrande e com o dr. Dalmo Claro de Oliveira, levando R\$ 14 milhões para serem investidos em oito novas salas no centro cirúrgico, 20 novos leitos de UTI, 35 leitos de internação hospitalar, uma nova sala central de esterilização de materiais, um novo espaço de métodos gráficos e uma ala de atendimento oncológico para atender às crianças da região sul do estado.

Portanto, trata-se de uma ação do governo do estado no sentido de diminuir a tal ambulancioterapia! Trata-se do cumprimento daquilo que o governo pregou: investir para diminuir o tráfego de ambulâncias nas estradas de Santa Catarina.

Ontem, em Tubarão, também com a presença do governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, do secretário da Saúde, de Acélio Casagrande e dos deputados federais Edinho Bez e Ronaldo Benedet, o Hospital Nossa Senhora da Conceição recebeu do governo do estado autorização para realizar serviços de alta complexidade em cardiologia pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Agora, aquele hospital deverá aguardar parecer final do ministério da Saúde.

Então, é um ganho real para Tubarão. Parabéns ao município! Parabéns ao hospital! Parabéns às irmãs, que obtiveram essa conquista importante para a população!

Gostaria ainda, com relações às considerações feitas pelo eminente deputado Kennedy Nunes contra o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, hoje senador da República, no sentido de que não teria construído nenhuma escola em Joinville, de dizer que se não o fez, conseguiu eleger o prefeito, o que mostra que é uma fortaleza sem limites.

De qualquer maneira, quero parabenizar o deputado Kennedy Nunes, que disputou uma eleição difícil, pois foi capitaneada pelo comandante de Santa Catarina, o maestro Luiz Henrique. Temos que

tirar o chapéu para o nosso senador, porque reverteu o processo eleitoral, venceu em Joinville e fez o novo prefeito.

Então, quando se ataca esse ou aquele secretário, está-se atacando o governo honrado de Raimundo Colombo. E nós defendemos o governo de Raimundo Colombo. Não devemos atacar a secretaria "a" ou "b" porque isso não nos interessa. Temos que pensar para frente, temos que ter grandeza.

Não estou aqui tecendo críticas ao deputado Kennedy Nunes, mas para elogiar o papel importante que desempenhou. Não ganhou a eleição, mas fez um papel bonito. No entanto, é preciso respeitar a liderança do comandante, que para mim é uma das maiores lideranças de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira.

Neste momento, é importante lembrar que temos um compromisso com o governador Raimundo Colombo, que chegou da China há pouco cheio de esperanças, porque acha que as montadoras virão para Santa Catarina. Assim, os partidos da base têm que continuar unidos neste Parlamento, para que Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira possam fazer um grande governo, que é tudo o que o povo quer.

Assim, é por essa linha que quero trabalhar, lutando para que o nosso governo possa ser vitorioso e que a população receba...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota!

Quero registrar, com muito prazer, a presença no plenário do prefeito eleito da cidade de Irani, Mauro de Lima, juntamente com seu assessor, Tiago de Oliveira.

Sejam bem-vindos à nossa Casa!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, dois assuntos me trazem à tribuna no horário do PSDB.

O primeiro é o adiamento da assinatura do memorando de entendimento entre a BMW e o governo do estado de Santa Catarina, que deveria ocorrer amanhã, porque conforme as partes envolvidas é preciso publicar a habilitação da montadora ao novo programa automotivo federal, o chamado Inovar-Auto, para não correr nenhum risco jurídico. Essa medida deve ser feita pelo ministério do Desenvolvimento e segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável, nosso querido amigo Paulo Bornhausen, a assinatura no dia de amanhã poderia ser objeto de interpelação judicial se fosse feita antes da homologação do Inovar-Auto.

Eu quero agradecer ao deputado Padre Pedro Baldissera, meu grande amigo, pelo comentário que os senhores certamente não ouviram. Eu agradeço de coração a sua objeção, a sua interferência foi muito interessante.

Eu quero dizer que não temos uma data preestabelecida ainda para a assinatura, mas tão logo tenhamos, é evidente que não só os deputados desta Casa como também os políticos que representam o município de Joinville e região saberão e estaremos lá sacramentando essa iniciativa, que para a nossa cidade é muito importante.

Quero entrar agora no segundo assunto, sr. presidente e srs. deputados, que é de grande importância e diz respeito à segurança de Santa Catarina.

Nós temos acompanhado os atentados contra a polícia no estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, e agora estamos vendo acontecer isso em Santa Catarina também, onde pelo menos oito atentados foram registrados, até o mês de novembro, contra policiais civis e militares.

No dia 22 de setembro, tivemos um incêndio que destruiu a delegacia de Paulo Lopes, na Grande Florianópolis. No dia 26 de outubro, tivemos o assassinato covarde da agente prisional Deise

Fernanda Melo Pereira Alves. No dia 31 de outubro, um policial civil foi baleado quando entregava uma intimação no bairro Vila União, em Florianópolis, foi encaminhado ao hospital e, graças a Deus, sobreviveu. Em novembro, a base da Polícia Militar de Vila Aparecida, no bairro de Coqueiros, foi alvo de atentado, por volta das 5h, quando dez tiros atingiram o prédio. Na última quarta-feira, dois homens atearam fogo em um ônibus em Blumenau, homens atiraram contra uma guarita do presídio regional daquela cidade. Também viaturas e bases da Polícia Militar foram alvejadas em Florianópolis.

Tudo isso acontecendo, e o primeiro pensamento que vem é que a polícia está apreensiva, assustada com o que está acontecendo. Eu diria que não. Apreensiva talvez, mas assustada jamais! Porque os membros da Polícia Civil e da Polícia Militar são preparados, antes de assumir a função, para enfrentar bandidos e situações difíceis.

Portanto, a polícia jamais fica assustada. Os policiais estão apreensivos pelas suas famílias, em função das ameaças que possam receber. Os policiais, tanto civis quanto militares, não estão assustados porque estão extremamente preparados para enfrentar situações adversas.

Por isso, gostaria de sugerir a v.exa. que fosse enviada, por esta Casa, uma moção de solidariedade tanto à Polícia Civil quanto à Polícia Militar, que neste momento passam por uma situação de apreensão em relação aos seus familiares; não os policiais que estão nas ruas, porque esses estão preparados para o que der e vier. Mas sugiro a v.exa. que seja aprovada uma moção nesta Casa, pelos 40 srs. deputados, e encaminhada ao secretário da Segurança Pública, para mostrar que o Poder Legislativo está solidário e disposto a se aliar àquela pasta para o que for necessário, no sentido de enfrentar essa situação extremamente desagradável dos dias de hoje.

Mais uma vez quero parabenizar os policiais militares e civis que nos defendem, que estão nas

ruas trabalhando para a defesa do cidadão catarinense.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, aproveito o espaço do meu partido, o PT, para fazer algumas reflexões.

Tive a oportunidade, na última sexta-feira, de acessar, pela internet, um dos artigos de frei Beto, no qual ele busca traçar alguns dos contrastes sociais existentes em nosso país, que servem para que cada um de nós faça uma profunda reflexão, no sentido de resgatar, através de políticas sociais inclusivas, a dignidade do ser humano.

Somos hoje uma população que gira em torno de 192 milhões de habitantes. Desses, apenas 30 milhões estão vivendo no setor rural, o que é um percentual muito pequeno pela importância que a agricultura tem para os municípios, para os estados e para o país. Infelizmente, no setor rural ainda predomina o grande latifúndio, o latifúndio improdutivo.

Por isso, fazemos questão de realçar essas contradições extremamente gritantes da sociedade em que vivemos, na qual 6,6 milhões de pessoas têm acesso à universidade, número pequeno diante da necessidade da nossa população. Dos 92 milhões de pessoas trabalhadoras, quase a metade não tem carteira assinada, vive do trabalho informal. Isso nos remete a aprofundar a reflexão em torno da questão fundiária da América Latina, da qual o Brasil tem a maior área fundiária. No entanto, nunca fizemos uma reforma agrária e as poucas iniciativas existentes se deram em função da

organização, da mobilização e da pressão dos trabalhadores sem terra.

É importante ainda registrar que o nosso país é o principal exportador de carne e o segundo em número de helicópteros nas Américas. Mas tem 16 milhões de habitantes que vivem em plena miséria.

É importante ser o maior exportador de carne. É importante ter a maior frota de helicópteros. Mas mais importante seria socializar esse dinheiro, seria promover uma distribuição de renda, através da qual esses milhões de brasileiros saíssem da situação de miséria.

O Brasil é considerado a sexta economia do mundo, mas infelizmente ocupa nada mais nada menos do que 84º lugar no IDH. Isso mostra que a distribuição de renda está longe de ser alcançada, pois 65% da renda nacional se concentram nas mãos de apenas 10% da população. E é desse contraste que de fato emerge a miséria e a pobreza no seio da sociedade.

Srs. deputados, essa situação poderia ser mais grave, se não fossem os inúmeros programas sociais construídos a partir do governo Lula, fazendo com que milhões de brasileiros saíssem da situação de exclusão.

Com o programa Mais Brasil, aprovado recentemente pelo Congresso Nacional, a partir das diferentes políticas que serão implementadas nos próximos quatro anos, poderemos fazer com que uma grande parcela da nossa sociedade acesse a outras classes e, portanto, saia da situação de pobreza e de miséria. Esse programa conta com R\$ 5,5 trilhões, que serão investidos em políticas sociais, em políticas de infraestrutura e em políticas produtivas e ambientais nos próximos quatro anos.

Por isso, acreditamos que através dessas ações teremos um Brasil cada vez melhor, com mais dignidade e com mais qualidade de vida. Mas é preciso também que se assegure a esses milhões de pessoas uma situação melhor. E não temos dúvida nenhuma de que o conjunto da sociedade brasileira é que vai ganhar com esses investimentos que serão feitos nos diferentes setores.

Por isso, esperamos que aos poucos, através das diferentes políticas que o governo implementará no contexto nacional, possamos dar uma melhor condição de vida aos cidadãos brasileiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, no final de semana que passou teve início uma série de eventos em Itajaí, em Florianópolis e em outras cidades do estado, deputado Manoel Mota, que visam fazer uma reflexão sobre a data de 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra. Essa data é comemorada devido à morte de Zumbi dos Palmares, o general negro na luta contra a escravidão no Brasil, que morreu em 1695.

Estive ontem em Itajaí participando do 3º Seminário da Consciência Negra, que contou com a presença da atriz e cantora Zezé Mota. Ela realizou uma brilhante palestra relatando situações de sua vida que a fizeram firmar-se como militante do movimento negro e ser uma das fundadoras do Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro no Brasil. Também falou da importância da política de cotas como instrumento de reparação histórica e da importância de políticas públicas voltadas à população negra no Brasil, principalmente na área da saúde, pois algumas doenças acontecem predominantemente entre os negros. Um exemplo disso é a anemia falciforme, tema que irei abordar amanhã desta tribuna.

Então, pela iniciativa de realizar esse 3º Seminário da Consciência Negra, quero parabenizar Graziela Gonçalves, assessora da secretaria de

Relações Institucionais e Temáticas de Itajaí, e também o prefeito Jandir Bellini. Itajaí é a única cidade que tem um Plano Municipal de Igualdade Racial, sendo exemplo para tantas outras cidades que precisam implementar esse tipo de política pública.

Hoje pela manhã estivemos em Araquari com o prefeito João Pedro Woitexem, que é um visionário, um batalhador e que está fazendo com que aquele município seja o que mais cresce no estado e no Brasil.

Juntamente com a Graziela e com a Alaíde, que representa a Acaia, levamos uma proposta para que ele assine um termo de adesão para a criação em Araquari de um organismo que promova a igualdade racial. Ele prontamente atendeu, pois percebeu que esse tipo de política precisa ser implantada em seu município. O termo de adesão será estudado por sua assessoria jurídica e no dia 20 de novembro será assinado, durante um evento promovido pela Acaia.

Então, quero parabenizar o prefeito João Pedro Woitexem e todas as entidades de movimento negro que vamos relacionar e que durante toda essa semana estarão promovendo eventos por todo o estado para refletir sobre a consciência negra e sobre a Lei Estadual n. 264, que fala da obrigação de ser ensinada a história e a cultura da África nas escolas particulares e nas escolas públicas do nosso estado.

Fica também o convite a todos os deputados, aos funcionários da Assembleia, às pessoas que nos assistem para que participem dos eventos que estão acontecendo em Florianópolis, Itajaí, Joinville, Blumenau e assim por diante.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -
Muito obrigado, deputado Sandro Silva.

Quero pedir à assessoria que encaminhe a moção solicitada pelo deputado Nilson Gonçalves, em nome dos 40 deputados, à SSP/SC, em apoio às Polícias Militar e Civil pelo momento difícil por que passam.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, quem nos acompanha pela TVAL ou pela Rádio Digital nesta tarde de terça-feira.

Quero agradecer, sr. presidente, a v.exa. pelo apelo que acabou de fazer para a aprovação dessa moção e ao deputado Nilson Gonçalves pela iniciativa de solidariedade a todos os policiais e bombeiros militares e aos policiais civis, agentes penitenciários e, creio, que também aos funcionários do Instituto Geral de Perícias, que vão até a cena do crime e por certo não têm a simpatia da marginalidade.

Gostaria de continuar no mesmo assunto que v.exa., deputado Nilson Gonçalves, abordou aqui sobre o aumento da violência. Os servidores da Segurança Pública têm sido, nos últimos anos, vítimas de execução. E mesmo que não fosse por agentes do crime organizado, por um supercomando, superquadrilha, mas execuções. Isso não acontecia há dez, 20 anos, é um fenômeno novo em Santa Catarina e não há como minimizar sua gravidade, pois apenas nas últimas 24 horas dois ônibus foram incendiados em Canas vieiras, no norte da ilha; uma viatura da Polícia Civil foi incendiada, na frente da 2ª Delegacia, no Saco dos Limões, e o carro particular de um praça da PM foi incendiado também em Canasvieiras. Isso sem falar na execução da agente Deise, no tiro ao policial no norte da ilha e aos disparos contra a base da Polícia Militar na Vila Aparecida.

Parece mesmo que São Paulo é aqui. Então, precisamos tomar medidas urgentes e essa moção dos 40 deputados é importante nesse sentido. Precisamos também fortalecer a Segurança, que tem sido negligenciada nos últimos 20 anos. O serviço público em geral e a Segurança Pública em particular têm sido enfraquecidos proporcionalmente ao que é necessário, à

arrecadação do estado, ao enriquecimento da sociedade e ao aumento do Produto Interno Bruto nos últimos 20 anos.

É necessário entender que a situação atual é produto dessa política. Há necessidade de mudar estruturas, mecanismos e até de debater princípios penais e processuais penais. E, de forma urgente, precisamos dos recursos disponíveis, esses que vieram do governo federal recentemente, para a aquisição de equipamentos de proteção individual dos policiais, como coletes balísticos e armas automáticas.

É possível também e necessário que se paguem horas excedentes para que se aumente o efetivo policial a serviço da população tanto da Polícia Militar quanto Civil e do sistema prisional. Isso tem resultado imediato. Se o governo pagar horas excedentes, os comandantes podem escalar os policiais para que eles trabalhem inclusive no dia em que estão de folga, enquanto hoje talvez estejam buscando outra atividade nesse tempo.

É preciso realizar operações de revistas constantes nos presídios e penitenciárias, com equipe de agentes penitenciários fazendo isso de forma permanente, com remoção de preso de cela, de galeria, de ala e mesmo de presídio, além da transferência de líderes criminosos para presídios federais. É necessária a aquisição de vidros blindados para viaturas, postos policiais, bases operacionais, quartéis e delegacias. É preciso também realizar durante dois meses, com toda a polícia na rua, um trabalho combinado com o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Com essas medidas urgentes é possível, em dois meses, mostrar que em Santa Catarina não poderão se criar. Concordo com o deputado Nilson Gonçalves que falta apoio do estado, falta que as autoridades assumam a frente também, falta apoio institucional para que se possa efetivamente fazer o combate necessário na defesa da segurança da sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sandro Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, gostaria de fazer o registro da presença do vereador eleito Maurício Soares, do PMDB de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos à Ordem do Dia.

Continuamos com falta de quórum para a votação dos vetos. Para que haja tempo para os deputados virem ao plenário, vamos votar as matérias que não demandam quórum qualificado. Logo em seguida, faremos a verificação da presença dos srs. deputados.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0182/2012, de autoria do deputado Edison Andrino, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado Santa Catarina a pesca artesanal da tainha.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Pesca e Aquicultura.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0272/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Nathan Zugmann, de Canoinhas.

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0320/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Monte Carlo.

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Gostaria de fazer um apelo aos deputados que estão em seus gabinetes que descessem ao plenário para garantir quórum para votação dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado pela ajuda, sr. deputado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0322/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 2.729, de 1961, que declara de utilidade pública a Creche Conde Modesto Leal, fundada em 1936 e com sede na cidade de Joinville.

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0341/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 13.149, de 2004, que declara de utilidade pública a Blusoft - Blumenau Polo Tecnológico de Informática, de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0316/2012, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que declara de utilidade pública a Cidade Nova Esperança, de Concórdia.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0434/2012, 0435/2012 e 0436/2012, de autoria do Dirceu Dresch; e 0436/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s: 1.007/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 1.008/2012, de

autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.009/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1.010/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; e 1.011/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Moção n. 0058/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Educação, apelando pela retomada das obras de reconstrução da Escola Básica General Osvaldo Pinto da Veiga, do município de Capivari de Baixo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0081/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações referentes às ações do governo do estado quanto às obras de reforma e recuperação da Escola General Osvaldo Pinto da Veiga, em Capivari de Baixo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0082/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviada ao secretário de estado da Agricultura e da Pesca, solicitando informações sobre quantos funcionários efetivos, comissionados e terceirizados dispõe cada uma das vinte estruturas regionais da Cidasc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, vamos proceder à verificação de quórum.

(Procede-se à verificação de quórum por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	presente
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	presente
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	presente
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	presente
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	presente
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	presente
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	presente
DEPUTADO GELSON MERISIO	presente
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	presente
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	presente
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	presente
DEPUTADO MAURO DE NADAL	presente
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	presente
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	presente
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	presente
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	presente
DEPUTADO RENO CARAMORI	presente
DEPUTADO ROMILDO TITON	presente
DEPUTADO SANDRO SILVA	presente
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	presente
DEPUTADO SERAFIM VENZON	presente

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

presente

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Temos 22 deputados presentes, mas o quórum mínimo para a votação de mensagens de veto é de 24 votos.

Assim, se votássemos, praticamente estariam mantidos todos os vetos, o que não é a intenção desta Presidência.

Por isso, não vamos deliberar as mensagens de vetos hoje, mas amanhã havendo mais de 21 deputados presentes, vamos deliberá-los mesmo que implique na manutenção de todos os vetos. Já estamos postergando há várias semanas e com a proximidade do fim da sessão legislativa de 2012, é imperioso que deliberemos.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ocupo a tribuna para, inicialmente, trazer um tema que preocupa os catarinenses: a segurança pública, a segurança dos nossos trabalhadores e trabalhadoras.

Esperamos que a população de Santa Catarina não sofra tanto quanto está sofrendo a população em geral e os trabalhadores da Segurança Pública do estado de São Paulo.

Queremos, sr. presidente, mais uma vez registrar o que já fizemos vários vezes desta tribuna, quando do desvio de peças, motores, carros e caminhões que estavam sob a guarda da Segurança Pública de Santa Catarina. Já naquele momento dissemos que a situação de insegurança estava preocupando todos nós e mais uma vez precisamos ocupar a tribuna para cobrar ações imediatas.

O deputado Sargento Amauri Soares falou de várias questões que envolvem a ação dos criminosos nos últimos dias, mas com certeza uma ação estratégica e firme da secretaria de Segurança Pública é importantíssima neste momento.

Entendemos que não pode acontecer aqui o que aconteceu em São Paulo, ou seja, as autoridades não podem esperar muito tempo para pedir o apoio do governo federal, no sentido de articular ações conjuntas, porque esse não é um problema somente dos estados, mas de segurança nacional. Daí a necessidade da participação ativa do governo federal, que já vem repassando recursos e participando ativamente do incremento da infraestrutura da Segurança Pública em nosso estado.

Era isto o que queria deixar registrado, a premência de uma ação articulada e firme da Segurança Pública de Santa Catarina, que não pode vacilar neste momento e que deve enfrentar essa situação.

Além disso, sr. presidente, antes de falar da habitação quero dizer a todos os catarinenses que nos acompanham que no dia de amanhã teremos uma audiência importante com o ministro dos Transportes, em Brasília, a respeito do Parlasul e da articulação dos Parlamentos e das frentes parlamentares da Alesc e da Câmara Federal, sobre os investimentos, as estratégias, as ações, as licitações e o calendário que o governo federal desenhou para a implantação de ferrovias tanto em Santa Catarina quanto no país.

Discutiremos com o ministro e traremos os encaminhamentos e as informações para esta Casa e para a população de Santa Catarina.

Por último, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e todos que nos acompanham, quero dizer que ontem eu estive, à noite, no lançamento do Projeto de Habitação Loteamento Bem Morar, no município de Quilombo, uma ação da Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar - Cooperhaf -, da Fetraf/Sul e do Sicredi, que tem mais de 150 lotes já em processo de construção.

A nossa Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar está construindo mais uma experiência de habitação urbana, com terrenos de 360m² a 450m², com infraestrutura completa, vias pavimentadas, iluminação pública, rede pluvial e áreas para preservação permanente.

Quero dizer que o ministro das Cidades publicou, no dia 8 de novembro, a Instrução Normativa n. 45, do ministério das Cidades, pela qual amplia o Fundo de Desenvolvimento Social de Habitação de R\$ 36 mil para R\$ 49 mil por casa construída. O mais importante é que o pagamento pode ser feito em dez anos, comprometendo apenas 5% somente da receita da família.

Então, é um recurso importantíssimo, é um investimento muito grande, que dará condições de moradia à população de baixa renda do nosso país. Isso tem que ser divulgado, tem que ser valorizado, pois é uma iniciativa importante do governo da presidente Dilma Rousseff, através do ministério das Cidades, ou seja, investir recursos tão grandes para dar dignidade, para dar um endereço, para propiciar a tão sonhada casa própria aos mais carentes.

Nas cidades acima de 20 mil habitantes, os recursos serão de R\$ 64 mil por família, e também as regiões metropolitanas vão receber esse mesmo benefício. É um benefício extraordinário, um recurso muito grande que está sendo investido a fundo perdido para que a nossa população possa construir a sua casa própria.

Com relação o Loteamento Bem Morar, de Quilombo, queremos parabenizar o município, o prefeito Lenoir Bigolin, o atual vice-prefeito Neuri Brunetto, prefeito eleito para o próximo quadriênio, que vai dar continuidade a esse belo projeto e a outras políticas sociais.

Outros municípios já foram beneficiados pela Cooperativa da Habitação da Região Sul, que em Santa Catarina é responsável por 55% das habitações que estão sendo construídas. É uma entidade importante, que vem contribuindo para o desenvolvimento do estado e dos municípios, fazendo projetos tanto de habitação rural, como de urbana. Já são mais de cinco mil casas construídas e em construção nesse último período, sendo que mais de 13 mil agricultores foram beneficiados com casas novas ou reformas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlarlk - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlarlk.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito e do vice-prefeito eleitos da cidade de Major Gercino, João José David e Nésio Fernando Dellagnolo, que já estão-se preparando para administrar aquele belo município.

Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Valmir Comin, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos.

(Pausa)

Com a ausência do deputado Ismael dos Santos e não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não mais havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência gostaria de agradecer ao quadro de funcionários desta Casa: os policiais militares, o pessoal da TVAL e a assessoria da Mesa Diretora, que nos deram condições de desenvolver o nosso trabalho a contento.

Antes de encerrarmos a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.